



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
CONTROLADORIA - GTAFI



SOLICITAÇÃO DE AÇÃO CORRETIVA – SAC Nº001/2010 CONT-GTAFI

Em: 20/10/2010

À Senhora: **Dorvalina Lemos do Prado**

Unidade de Administração Geral – UAG da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal – SEPLAG

Para cumprimento do Programa de Auditoria em curso, conforme Ordem de Serviço nº 190 de 2 de Setembro de 2010, com base nas atribuições conferidas pelo artigo 18 da Lei 4.448, de 21 de dezembro de 2009, e no artigo 4º do Decreto nº 27.815 de 28 de março de 2007, solicitamos a V.Sª., no prazo de 7 (sete) dias úteis, providências no sentido de sanar os problemas identificados a seguir:

Ação Corretiva 01/001

Contexto: Processos 410.006.707/2007 e 410.000.853/2008, relativos à contratação de serviços de manutenção do software PDGI. O contrato está sendo executado há 32 meses, consumiu neste período R\$ 16.471.935 (**Dezesseis milhões**, quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e trinta e cinco reais), e o software contratado **ainda não está em uso** pelos órgãos do GDF. Empresa contratada: Engesoftware.

Fato: Sobrecontagem dos serviços efetivamente realizados, ocasionando pagamentos maiores do que efetivamente deveriam ser. Serviços que já estão incluídos na contagem de Pontos de Função, conforme projeto básico e edital, estão sendo cobrados novamente como “Serviços Técnicos”, com suas horas convertidas para Pontos de Função. O total de horas cobradas como “Serviços Técnicos” é tão incoerente que em alguns meses chega a representar a utilização de aproximadamente 50 funcionários, quando a empresa no período tinha apenas 29. Não existem produtos para as atividades descritas como “Serviços Técnicos”. Não existem evidências de como o executor do contrato acompanha as centenas de horas declaradas pelo contratado.

Consequências: A contagem de um mesmo elemento de serviço por várias formas de contagem simultâneas constitui grave irregularidade na execução contratual, com prejuízos para a administração. O executor do contrato e o ordenador de despesas estão sujeitos às sanções previstas na lei 8666/93 e portaria nº29 de 25/02/2004 da então Secretaria de Gestão Administrativa.

Ação corretiva indicada: Para que os problemas encontrados não se repitam no contrato ainda vigente, recomendamos à unidade que restrinja as horas contabilizadas como “Serviços Técnicos” nos próximos meses (incluindo o atual mês de outubro de 2010), convertendo para Pontos de Função apenas os casos que não envolvam desenvolvimento ou manutenção de software, tais como treinamentos. As horas das atividades que forem enquadradas como Serviços Técnicos devem ter seu registro detalhado, com a identificação do profissional que executou a atividade, quanto tempo levou, e o produto da atividade. O executor deverá registrar para cada atividade como monitorou que as horas declaradas pelo contratado foram as efetivamente utilizadas para a execução da atividade.

Monitoração: A unidade deverá enviar para esta unidade de auditoria (Controladoria-GTAFI) os relatórios, atestes e cópias das notas fiscais relativos aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2010, para monitoração do cumprimento das recomendações desta Ação Corretiva.

Outras considerações: Recomendamos também que o referido contrato **não seja renovado**, uma vez que os 36 meses de execução com valores extremamente elevados foram mais que suficientes para o desenvolvimento da solução pretendida.

Ação Corretiva 02/001

Contexto: O contrato nº 34/2007, referente à contratação de sustentação do Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMA.NET, foi celebrado em 13 de dezembro de 2007. Esse contrato no ano de 2008 produziu um gasto total de R\$ 2.298.061,75 (dois milhões, duzentos e noventa e oito mil e sessenta e um reais, e setenta e cinco centavos), em 2009 de R\$ 2.375.000,50 (dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais e cinquenta centavos), totalizando uma despesa desde o início do contrato de R\$ 4.673.062,25 (quatro milhões, seiscentos e setenta e três mil e sessenta e dois reais, e vinte e cinco centavos). No ano de 2010 os pagamentos foram cessados conforme determinação do Governador do DF em suspender todo e qualquer pagamento relativo à execução de contratos firmados entre a Administração Direta e Indireta do DF e empresas citadas no Inquérito STJ nº 650, onde a Link-data aparece listada entre as empresas mencionadas no inquérito.

Fato: O objeto do edital de licitação foi “contratação de empresa especializada para a sustentação do Sistema Integrado de Gestão de Material – SIGMA.NET, contemplando a manutenção corretiva, manutenção adaptativa com implementação de melhorias, suporte especializado e treinamento”. Diante do objeto descrito, conclui-se que a SEPLAG já possuía o sistema SIGMA.NET previamente a esta contratação, caso contrário estaria impossibilitada de contratar um serviço de sustentação de um sistema que **não** fosse de sua propriedade. Caso realmente a SEPLAG não possuísse o sistema SIGMA.NET, seria obrigada a realizar uma licitação onde o objeto de contratação seria a aquisição ou ainda a locação de sistema para Gestão de Material. Na reunião realizada em 30 de setembro de 2010, o executor do contrato nº 34/2007, Eduardo Costa Carvalho, afirmou **não** possuir o código fonte do SIGMA.NET. Foi solicitado na SA nº 02/2010 os esclarecimentos sobre as questões do código fonte e, portanto, esta unidade de auditoria aguarda o retorno da SA.

O pagamento deste contrato é realizado de acordo com o número de almoxarifados instalados. Também conforme relatado pelo executor do contrato, na reunião de 30 de setembro, atualmente a SEPLAG paga pela utilização de 70 (setenta) almoxarifados, sendo o valor de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) por cada almoxarifado, totalizando aproximadamente R\$182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais) por mês. Todos os almoxarifados utilizam a rede GDF.NET para acessar o SIGMA.NET (aplicação web), o qual está instalado num servidor blade IBM no data center da SEPLAG (também conforme reportado pelo executor do


contrato). O recomendado para este contrato seria que o projeto básico tratasse da contratação de manutenção do sistema (corretiva, adaptativa e evolutiva) e não pelo pagamento de utilização por almoxarifado.

Ação corretiva 02a: Requisição junto a empresa contratada (Link-data) do acesso de **administração** ao banco de dados do sistema SIGMA.NET, incluindo usuário e senha. Ambos devem ficar sob a posse da SEPLAG.

Ação corretiva 02b: O contrato **não** deve ser prorrogado nos moldes atuais do projeto básico. Novo projeto básico deverá ser elaborado, utilizando para mensurar as manutenções realizadas no sistema estimativas de pontos de função, seguindo as diretrizes do mercado e orientações do Tribunal de Contas do DF, ou alternativamente, a contratação de um novo sistema e sua respectiva manutenção também em pontos de função.

Consequências: Em virtude da não correção das questões citadas nos parágrafos anteriores, o executor do contrato poderá responder pelo ressarcimento dos gastos públicos realizados no contrato nº 34/2007.

Atenciosamente,


Fábio Bianchi Campos
Auditor de Controle Interno
Matrícula nº 187.408-X

Recebido em ____ / ____ / ____

Pela Unidade/Cliente

Posicionamento da Área/Cliente (Justificar no verso, quando for o caso):

Concorda Integralmente ☐ Concorda Parcialmente ☐ Discorda Integralmente ☐

Em ____ / ____ / ____ Ass.: _____

Solicitação de Auditoria 002/2010 - PDGI

Solicitações referentes aos processos 410.006.707/2007 e 410.000.853/2008 - Engesoftware:

7. Solicitamos, novamente, pois não foi explicado na SA anterior, justificativas sobre como foi dimensionado o volume de Pontos de Função mensais necessários à manutenção do PDGI, em 800 PFs, para o contrato do referido processo. Informamos que o 410.006.707/2007 que impediu a elaboração da justificativa, foi devolvido à UAG em 04/10/2010.

8. Solicitamos explicações sobre quais as justificativas para se manter os mesmos 800 PFs mensais em todos os aditivos contratuais, visto que o referido valor é bastante elevado para constantes manutenções e é sucessivamente aditivado desde 16/01/2008, estando em execução por **32 meses**, sem que o referido sistema esteja sendo efetivamente utilizado para os fins especificados.

9. Solicitamos detalhar, para cada mês, para cada um dos serviços identificados no item 9.1, as seguintes informações:
 - a. O que é este serviço? Detalhar o que foi feito. Quais os produtos entregues relativos a este serviço? O que diferencia este serviço do serviço de nome idêntico em outros meses?
 - b. Como foi feita a aferição das horas relatadas respectivamente a estes serviços? Quais são os comprovantes existentes desta aferição;

9.1 Serviços Técnicos

Fevereiro de 2009:

- Customização e manutenção da comunidade logística - 480 horas;
- Customização e manutenção na comunidade PDGI – 288 horas;
- Modelagem de processos de negócio – 480 horas;
- Customização e manutenção das câmaras técnicas – 520 horas;
- Customização da infraestrutura do portal – 192 horas;
- Carga, indexação e publicação – 480 horas;
- Elaboração e revisão do plano do projeto – 520 horas.

Março de 2009:

- Customização e manutenção na comunidade PDGI – 264 horas;
- Tarefas executadas na comunidade PDGI – 386 horas;
- Modelagem de processos de negócio – 352 horas;
- Design do PDGI – 176 horas;
- Customização da infraestrutura do portal – 176 horas.

Abril de 2009:

- Customização e manutenção na comunidade PDGI – 96 horas;
- Design PDTI 160 horas;
- Levantamento de informações do auto diagnóstico referente ao data- Center 640 horas;
- Customização e manutenção na comunidade PDGI convencional – 360 horas;
- Modelagem de processos de negócio – 330 horas;
- Customização da infraestrutura do portal – 448 horas;
- Elaboração e revisão do plano do projeto – 112 horas.

Maio de 2009:

- Customização e manutenção na comunidade PDGI – 240 horas;
- Levantamento dos requisitos para o módulo de apresentação de resultado da pesquisa do DataCenter – 504 horas;
- Design PDTI 160 horas;
- Customização e manutenção na comunidade PDGI convencional – 360 horas;
- Modelagem de processos de negócio – 320 horas;
- Customização da infraestrutura do portal – 360 horas;
- Elaboração e revisão do plano do projeto – 352 horas.

Junho de 2009:

- Customização e manutenção na comunidade PDGI – 240 horas;
- Design PDTI 168 horas;
- Customização e manutenção na comunidade PDGI convencional – 360 horas;
- Modelagem de processos de negócio – 336 horas;
- Customização da infraestrutura do portal – 336 horas;
- Elaboração e revisão do plano do projeto – 400 horas.

10. Considerando que o Ponto de Função é uma medida do tamanho funcional de um software, na perspectiva de seus usuários, e o preço deste ponto de função engloba **todas** as atividades de engenharia de software e programação necessárias a sua realização; considerando também que o edital do referido contrato diz que “A licitante deverá contemplar no valor do ponto de função **todas** as despesas que direta ou indiretamente fazem parte da prestação de serviços descritos neste projeto”; nos causa estranheza que diversas atividades venham sendo cobradas como serviços técnicos separadamente, pois as mesmas já estão incluídas e cobradas no ponto de função, exemplos:

- a. Diversas atividades de **levantamento de requisitos** em diversos meses;
- b. Atividades de gerência de projetos (elaboração e revisão do plano de projeto, ...);
- c. Atualização e elaboração de manuais

Quais as justificativas para esta dupla cobrança?

11. Como foram usadas as **640 horas** para treinamento dos multiplicadores (help desk) citadas na folha 2378 do processo 410.000.853/2008? Que tipo de treinamento foi feito? Durante quantas horas? Enviar cópia das listas identificando os profissionais treinados.

12. Aparece, repetidamente, em diversos meses, desde o início do contrato, a atividade de “Modelagem dos Processos de Negócio”, que supostamente consumiram milhares de horas do contrato. Solicitamos esclarecimentos sobre quais são os processos que necessitam de tantas horas para serem modelados, e cópia em mídia digital (CD ou DVD) dos produtos elaborados nessas milhares de horas de modelagem.

13. No mês de outubro de 2009, a empresa contratada declara em seu relatório de atividades, ter efetuado 1022PF (mil e vinte e dois pontos de função), somando os efetivos e convertidos. Utilizando as mesmas regras de cálculo do contratado (8 horas para cada PF), esses PFs são equivalentes a 8176 horas de trabalho no referido mês. Usando as bases de cálculo do fornecedor, que considera o mês com 21 dias úteis e o dia de 8 horas chega-se que foram necessários **48,6** profissionais para executar os supostos 1022PFs. Porém os relatórios previdenciários da empresa para o referido período apontam que a mesma tem apenas **29** empregados, considerados nesta quantidade diretores e secretárias. Esta incoerência se repete em diversos meses. Solicitamos explicações de como foi pago um serviço que a empresa não possuía a quantidade de profissionais necessária à sua execução?

14. Solicitamos o Modelo do Banco de Dados do software do referido contrato, em mídia digital (CD), de forma que seja possível identificar e quantificar todas as tabelas atualmente existentes no banco de dados assim como os atributos de cada tabela.

15. Solicitamos o endereço web de acesso ao sistema contratado, e uma senha de usuário, com acesso irrestrito a todas as funcionalidades existentes hoje no sistema, para avaliação da conformidade com os relatórios de atividades do fornecedor. Informamos que na equipe de auditoria temos profissionais que fizeram o treinamento do referido sistema.